

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA DO PROJETO DE LEI QUE ESTIMA A RECEITA E FIXA A DESPESA DO MUNICÍPIO DE GUARAREMA PARA O EXERCÍCIO DE 2017, REALIZADA NO DIA 18 DE OUTUBRO DE 2016, NA SALA DE SESSÕES VEREADOR OSWALDO FREIRE MARTINS.

Aos dezoito dias do mês de outubro de 2016, às nove horas, na Sala de Sessões "Vereador Oswaldo Freire Martins", atendendo convocação da Câmara Municipal de Guararema, através da Comissão de Finanças e Orçamento, devidamente publicada no Jornal Novo Tempo, na edição nº 479, de 15 de outubro de 2016, divulgada através do site www.cmguararema.sp.gov.br e afixada no Quadro de Editais da Edilidade, realizou-se a Audiência Pública para discussão do Projeto de Lei nº 28/2016, que "Estima a Receita e fixa a Despesa do Município de Guararema para o exercício de 2017". Estavam presentes na Audiência os Vereadores Eduardo Maia da Silva, Presidente da Comissão de Finanças e Orçamento; Vanessa Martins dos Santos, Vice-Presidente da Comissão de Finanças e Orçamento; e José Francisco da Fonseca, Membro da Comissão de Finanças e Orçamento; e ainda, o Vereador Eduardo Aparecido Moreira Franco. Também presente a Procuradora Legislativa, Doutora Samanta Ariane Goulart. A Audiência Pública foi iniciada e o Presidente da Comissão de Finanças e Orçamento, Vereador Eduardo Maia da Silva, na qualidade de Presidente da Comissão de Finanças e Orçamento, assumiu os trabalhos e deixou registrada a presença dos munícipes: Cássio Augusto de Souza, Felipe Amaral Mafra, Reginaldo Pedro Barboza e Jonatas Pereira Wirth. Isto posto, deu continuidade aos trabalhos da Audiência Pública solicitando à Vereadora Vanessa Martins dos Santos, Vice-Presidente da Comissão de Finanças e Orçamento, que fizesse a leitura do Projeto de Lei nº 28/16 para o conhecimento dos presentes. Encerrada a leitura da Mensagem nº 23/13 e do respectivo Projeto de Lei, o Presidente da Comissão, Vereador Eduardo Maia da Silva, consignou a presença da munícipe Bianca Colepicolo, e a do Vereador Sidnei Santos Leal. Informou que os membros da Comissão de Finanças e Orçamento, bem como a Procuradora Legislativa, Doutora Samanta Ariane Goulart, estariam à disposição para explicações que se fizessem necessárias e franqueou a palavra aos munícipes presentes que desejassem se manifestar. Manifestou-se o munícipe senhor Reginaldo Pedro Barboza dizendo: "Bom dia. Eu queria perguntar ao Vereador e Secretário de Assistência Social, o senhor Sidnei, a respeito do

orçamento reservado à Secretaria que ele preside. Temos aqui o valor de doze milhões e duzentos e sessenta mil reais e vê-se que é uma Secretaria privilegiada, com o valor bastante alto em detrimento de outras Secretarias importantíssimas. Gostaria que ele explicasse qual é a importância da Secretaria dele em face das outras, não menos importantes? Quais são os projetos dele para resolver a questão da Assistência Social? E queria que ele explicasse pra gente, pra todos os presentes, quais são os principais projetos em andamento na Secretaria que ele preside? Por enquanto é isso." Neste momento, o Vereador Sidnei Santos Leal solicitou a palavra ao Presidente da Comissão de Finanças e Orçamento e se manifestou dizendo: "Presidente, um bom dia a todos. Eu acredito que o munícipe está mal informado. No momento exerço o cargo de Vereador e também não sei se serei chamado ou convidado pelo Executivo a assumir algum cargo, seja ele de Social ou qualquer outra pasta. Então, posso falar do que foi feito em investimentos e que estão sendo feitos até o momento no Social. Porém, sobre o orçamento futuro eu não tenho nada a dizer, até porque eu não sou Secretário hoje e não tenho como opinar." O Presidente da Comissão de Finanças e Orçamento, Vereador Eduardo Maia da Silva, disse: "E também está discriminado aqui tudo o que foi para a Secretaria. No plano aqui está discriminado, Reginaldo". O munícipe, senhor Reginaldo Pedro Barboza, se manifestou novamente e disse: "Com licença. Mas como Vereador, como titular da pasta nos últimos quatro anos, a gente sabe que vai acabar prosseguindo os trabalhos, participou ou deve ter participado da fixação dessa Receita. Eu acho que os senhores devem ter alguma explicação, porque vocês conhecem bem a matéria, o titular da pasta está aqui, dos últimos quatro anos, e poderia dar uma explicação melhor, porque é dinheiro público que está sendo aplicado e a gente gostaria de saber. Se ninguém aqui tem informação, então, viemos ao lugar errado, né?" Neste momento, novamente o Vereador Sidnei Santos Leal solicitou a palavra ao Presidente da Comissão de Finanças e Orçamento e disse: "É, mais uma vez mostra que o senhor está desinformado. Eu fui Secretário de Assistência Social no último um ano e meio e não nos quatro, tá? E referente a investimento, Presidente, só para dizer, nós construímos quatro Centros Socioeducativos nessa gestão passada do Prefeito Marcio Alvino e do Adriano, a Assistência Social hoje conta com cerca de quase setenta funcionários, inclusive, a dotação da Assistência Social também era mantida a AMAC, que é uma ONG subsidiada pela Assistência Social por vários projetos feitos

na Cidade. Enfim, está tudo discriminado, né? Se a pessoa tiver a paciência de ler o que está discriminado aqui, como nós tivemos nas nossas reuniões preliminares a esta Audiência, fica mais fácil. Mas só deixando registrado que nessa gestão passada eu fui Secretário de Projetos do Prefeito Marcio, Secretário de Cultura, e em 2014 eu assumi a Assistência Social, portanto, não foram quatro anos como o munícipe questionou." O Presidente da Comissão de Finanças e Orçamento, Vereador Eduardo Maia da Silva, disse: "E só para registrar, a gente está discutindo para 2017, Reginaldo, entendeu?" O munícipe Reginaldo disse: "Eu sei, eu sei." O Presidente da Comissão de Finanças e Orçamento, Vereador Eduardo Maia da Silva, disse: "Então, é o que eu comentei: está discriminado aqui no que vai ser empregado o dinheiro, onde será colocado." O munícipe Reginaldo disse: "Sim, é que a gente vem aqui para obter informação". O Presidente da Comissão de Finanças e Orçamento disse: "Correto." Prosseguiu com a palavra o munícipe, Reginaldo: "Eu acho que qualquer pessoa que está aqui presente hoje pode aproveitar essa oportunidade e poder perguntar para algumas pessoas que têm o conhecimento. Se ele que foi Secretário não quer falar mais nada, tudo bem. Obrigado". Presidente da Comissão de Finanças e Orçamento: "Está certo." Neste momento, a Vice-Presidente da Comissão de Finanças e Orçamento, Vereadora Vanessa Martins dos Santos, solicitou a palavra ao Presidente e se manifestou dizendo: "Outra situação importante, é que seria bem interessante da parte dos senhores comparecerem no próximo ano onde será discutido o PPA, que é o Plano Plurianual. Acontece na Prefeitura e essa questão fica para os próximos quatro anos. Seria importante a participação de vocês nas audiências na Prefeitura." O Presidente da Comissão de Finanças e Orçamento, Vereador Eduardo Maia da Silva, disse: "O PPA, só para completar o que a Vanessa falou, é o princípio de tudo, é onde a gente começa a discutir e a elaborar. Então, como vai ser no ano que vem, vai começar novamente o PPA para os quatro anos, o que é legal também o pessoal participar e dar essa sugestão lá, nessa parte da elaboração. Isso é interessante também, gente." Neste momento, a Vereadora Vanessa Martins dos Santos disse: "Até mesmo porque na Prefeitura nós contamos, na verdade a Prefeitura conta com a equipe técnica que poderá discutir e estar adequando de acordo com as coisas que são comunicadas naquele momento. Então, a presença é imprescindível no Plano Plurianual, onde serão os quatro anos discutidos." Em seguida se manifestou a munícipe Bianca Colepicolo e disse: "Bom dia. Então, eu acho que é essencial a gente

participar do Plano, mas como a gente já está colocando tetos para despesas por áreas, eu queria só abrir para discussão assim: num total de despesas administrativas, gabinetes da Secretária de Governo, Jurídicos e Administrativo, são, assim, para fazer funcionar a máquina da Prefeitura, a gente está colocando um teto de trinta e nove milhões, que é bastante alto frente aos serviços fim da Prefeitura, né? Então, assim, para serviços fim: SEMICTA, Cultura, Esportes, Educação, Saúde, enfim, coisas que são para o desenvolvimento do cidadão, do empreendedorismo, a verba frente ao que está sendo gasta para a máquina administrativa, ela é relativamente pequena. Outra coisa: cada vez mais e aí para o País todo, eu sei, Guararema, na verdade, está copiando, refletindo a situação do Brasil, mas cada vez mais é necessário a gente investir em mercado, no desenvolvimento do empreendedor, porque o governo está falido e Guararema vai ficar falida também, se já não está. Daí eu questiono a gente colocar sete milhões de reais na SEMICTA, sendo que só duzentos e quarenta mil reais para a área de Agricultura, que é uma área importantíssima da Cidade, que gera renda, emprego, enfim, é uma vocação meio esquecida da cidade de Guararema, e sendo assim, comparando com outras áreas, por exemplo, a Defesa e a própria Assistência Social, seria muito mais interessante investir para que as pessoas tivessem emprego e não precisassem usar serviços da Assistência Social. Então, assim, doze milhões de reais para Assistência Social, treze milhões de reais para Defesa, e aí você coloca sete milhões de reais para a SEMICTA, Cultura e Esporte também que têm a ver com o desenvolvimento do cidadão, acho que a gente poderia, não sei qual o poder de vocês, mas propor um remanejamento dessas quantias, principalmente a Agricultura me assusta muito quinhentos e quarenta mil reais para a Agricultura. Duzentos e quarenta mil reais. Neste momento, a Procuradora Legislativa, Doutora Samanta Ariane Goulart, se manifestou e disse: "Bom dia, Bianca. Assim, o que acontece? Quando isso daqui é feito há um estudo de técnicos da Prefeitura junto com os Vereadores. Tudo está de acordo com as normas gerais, com as normas específicas da Prefeitura, e quando isso é elaborado, eles levam de acordo com os estudos que na Prefeitura eles fazem para cada Secretaria. Acho que se está dessa forma, se está nesse valor aqui, é porque é a melhor forma que eles conduziram e remanejaram o dinheiro." Retomou a palavra a munícipe Bianca Colepicolo e disse: "Mas aí então esta audiência pública é pra gente ...?" Prosseguiu com a palavra a Procuradora Legislativa, Doutora Samanta Ariane Goulart: "Aqui estamos só

discutindo e explanando a LOA, na verdade, os munícipes têm que participar da elaboração na Prefeitura. Aqui o que acontece? Se os Vereadores quiserem propor uma emenda legislativa, que é de acordo e respeitando o Plano Plurianual e a Lei de Diretrizes Orçamentárias, eles podem propor isso, mas aqui é só explicando para vocês o que está aqui na Lei de Orçamento Anual, entendeu? A elaboração foi feita na Prefeitura e é lá que era o momento de todos vocês discutirem ou pedirem o remanejamento de um dinheiro, de uma Secretaria para a outra. Era lá, aqui não. Aqui é só uma explicação." O Presidente da Comissão de Finanças e Orçamento, Vereador Eduardo Maia da Silva, disse: "No caso que nem a LOA, a LDO, elas são anuais, também onde a gente pode mexer, entendeu? E a gente convoca Audiência Pública e, como o PPA, tudo parte lá da Prefeitura. Agora aqui qualquer alteração, ela sendo mexida, não será possível por conta do PPA e da LDO." A Procuradora Legislativa, Doutora Samanta Ariane Goulart, disse: "Tem que ser feito um estudo técnico, entendeu? Não podemos tirar um dinheiro, remanejar um dinheiro sem estudo técnico para cada órgão, para cada Secretaria que está descrita aqui no Projeto de Lei." O Presidente da Comissão de Finanças e Orçamento, Vereador Eduardo Maia da Silva, disse: "E isso é uma estimativa de valores, não que seja o valor." A munícipe Bianca Colepicolo disse: "Se vocês aprovarem isso hoje, a gente está colocando um teto para o Orçamento e aí eu questiono esses dois milhões de reais gastos na Câmara, porque se a gente gente não, se ninguém propõe nada e não se discute nada, simplesmente aprova o que vem da Prefeitura." Se manifestou a Procuradora Legislativa, Doutora Samanta Ariane Goulart: "Não, já foi discutido. Os Vereadores sentaram, tiveram reunião com o Executivo, foi conversada essa elaboração e os Vereadores participaram, teve Audiência e teve a participação dos Vereadores." O Presidente da Comissão de Finanças e Orçamento, Vereador Eduardo Maia da Silva, disse: "Na Audiência só o Figueiredo que foi participar lá nessa Audiência que teve na Prefeitura." Neste momento, o Vereador Aparecido Moreira Franco solicitou a palavra ao Presidente e se manifestou dizendo: "Bom dia, Presidente. Bom dia, Nobres Vereadores. Bom dia, munícipes. É só uma colocação bem prática de tudo que estou escutando. Primeiro que previsão para o futuro é muito difícil de fazer porque situações que poderão acontecer não dá para fazer. Acho que ninguém tem a "luz divina" que vai prever o futuro, se vai sair daqui ou não vai. É a minha primeira colocação. A segunda é que foram ditas muitas coisas sobre a Assistência Social, dos

gastos que estão previstos e do teto. Eu gostaria só de ressaltar uma informação também, que aqui teve uma Audiência Pública, bem no período eleitoral, inclusive não teve nenhum participante, a Prefeitura trouxe e expos o quadrimestre aqui. Até o momento, falando de 2016, o que estava previsto é muito parecido com o que está prevendo para o ano que vem na Assistência Social. Foram gastos até o aumento na Assistência Social, isso em dados da Prefeitura, três milhões de reais. Então, assim, não é que foram previstos quatorze ou dezessete milhões é que eles serão gastos. Até fazendo um comentário no que o senhor falou, Seu Reginaldo, isso que estou falando, a Bianca também, é importante, a questão do comércio, dos agricultores. Não é dizer que o teto que está ali que não vai ser gasto. Acho que tudo tem, conforme as coisas forem andando, conforme as coisas forem acontecendo, é que são feitos os ajustes. Este momento aqui, agora, é feito para a gente discutir, claro, mas no período da Prefeitura só foi um municípe, só foi o Figueiredo, e que lá estão os técnicos, está todo o momento de se discutir e propor as emendas, propor as alterações dos tetos. Essa colocação sua foi importante, a do comércio, a dos agricultores, sim, mas só queria deixar registrado que também nesse período, até o momento, falando dos gastos atuais, eu gostaria só de passar uma informação e que é importante relacionada a duas situações: estamos ainda faltando alguns meses para acabar o ano e a Prefeitura, com a Saúde, este ano, já atingiu o teto, já passou do limite mínimo que são os quinze por cento, a Prefeitura já gastou em torno de dezesseis milhões de reais que correspondem a trinta por cento. Então, não quer dizer o que está previsto é o que vai ser gasto, pode ser gasto até mais. Então, só queria colocar essa minha consideração para não deixar em branco. Só isso, Presidente." O Presidente da Comissão de Finanças e Orçamento, Vereador Eduardo Maia da Silva, disse: "E só para complementar, o que a gente está votando aqui é o Projeto da Lei Orçamentária que estima a Receita e Fixa a Despesa do Município para o exercício de 2017, elaborada de forma a ser compatível com o Plano Plurianual, com a Lei de Diretrizes Orçamentárias, com a Lei Complementar Federal nº 101, de 04 de maio de 2000, com a Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964 e, ainda, com a Lei Orgânica do Município. Só para completar o que o Vereador Eduardo comentou, eu acho que a gente gastou até agora foram cem milhões de reais, com o que foi?" O Vereador Eduardo Aparecido Moreira Franco disse: "Onde?" O Presidente da Comissão de Finanças e Orçamento disse: "No final." Prosseguiu o Vereador Eduardo Aparecido Moreira Franco e disse:

"Ah sim! Estavam previstos para o ano passado, aliás, a Receita orçada para este ano de 2016, cento e oitenta e um milhões de reais e até o momento foram cem milhões de reais. Então, assim, provavelmente a gente não vai nem conseguir chegar ao que estava previsto. Então, foi um dado importante, que está bem explicado e eu ainda perguntei para o Carlos: "Vamos conseguir chegar?" E ele me disse: "Provavelmente não, porque faltam praticamente menos de três meses para acabar o ano, então, não vamos chegar aos cento e oitenta e um milhões que estavam previstos em 2016". Nós estamos em cem milhões de reais, cinquenta e três por cento do que estava previsto." Manifestou o munícipe Reginaldo Pedro Barboza e disse: "Posso complementar? Então, o Vereador Eduardo acabou de falar que a Secretaria de Assistência Social tinha o orçamento de doze milhões e gastou três milhões. É o que a Bianca está falando: o orçamento está estranho. Por que como pode prever doze milhões e gastar três? Então, tem que fazer uma aproximação melhor de valores, alocação, eu acho. Essa informação que ele acabou de dar é justamente o que a Bianca gostaria de entender, o porquê então já não aloca cinco milhões para a Assistência Social e, de repente, aloca mais cinco milhões lá para Agricultura? Então, isso mostra um planejamento e uma preocupação, mostraria um planejamento bom e uma preocupação com pessoas que moram em áreas rurais e que precisam trabalhar, precisam comer da própria agricultura, né? Então, acho que a discussão aqui está interessante, então, vamos lá. Vamos conversar direitinho porque já que prevê doze e gasta três, tem coisa errada, eu acho que tem coisa errada, né gente? O Vereador Eduardo Aparecido Moreira Franco se manifestou e disse: "Eu não sei, Reginaldo, acho que é uma questão de ponto de vista. Errado em que sentido? De planejar doze e gastar três? Acho que é uma questão que nem na nossa casa. Por exemplo, a Bianca, que é comerciante, talvez você tenha se planejado para este ano e não tenha conseguido atingir todos os objetivos por tudo que aconteceu. É a mesma coisa no planejamento municipal. Nós estamos, assim, acho que a gente tem que deixar de lado as questões pessoais, eu acho que, eu não sei se pode ser que eu tenha entendido mal, quando o senhor iniciou a sua fala, talvez eu senti que o senhor queira e tenha dado uma cutucada no Vereador que foi da Assistência Social, porque o senhor logo iniciou falando..." O munícipe Reginaldo quis se manifestar, mas o Vereador Eduardo Aparecido Moreira Franco o interrompeu dizendo: "Só um minutinho...falando que eram doze milhões e tal. A Assistência Social não é importante? Nós entregamos aí muitas

casas, em todo o período, toda assistência que é dada na questão de carros, isso tudo gera um custo e nem por isso nós chegamos aos doze milhões de reais, chegamos nos três milhões de reais. Então, eu acho que é uma questão de ponto de vista. Errado em que sentido? No ponto de vista ilegal? Eu não sei, eu acho que é mais uma questão de ponto de vista, até porque quem monta todo o orçamento da Prefeitura são os técnicos, eles que estão ali entendendo onde vai e onde não vai. Eu acho que é uma questão de ponto de vista, Reginaldo, eu não sei." Manifestou-se o Presidente da Comissão de Finanças e Orçamento, Vereador Eduardo Maia da Silva e disse: "Só para completar que isso tudo é uma previsão, não significa que vai gastar os doze milhões. Se chegou nos três milhões a gente até que economizou, entendeu?" O Vereador Eduardo Aparecido Moreira Franco disse: "E a gente está falando dos doze milhões da Assistência Social porque foi o primeiro assunto que o senhor tocou, mas, assim, em todas as áreas." O Presidente da Comissão, Vereador Eduardo Maia da Silva, retomou a palavra e disse: "É uma previsão, não significa que vá usar. É igual quando você vai construir a sua casa, você acha que vai gastar quarenta e gasta vinte e cinco." Manifestou-se o Vereador Sidnei Santos Leal e disse: "Senhor Presidente, é só, incrementando um pouco aí, eles têm alguma cópia deste documento? Então, se ele pontuar lá na página cento e duas até a página cento e seis, ele vai ver lá os gastos previstos na Assistência Social." O munícipe, senhor Reginaldo Pedro Barboza disse: "Senhor Presidente, desculpa Eduardo, eu tenho maior respeito por você, a gente se encontra na rua aí, têm muitos Vereadores aqui respeitosos e educados, entendeu? Pelo amor de Deus, eu não tenho nada contra o Vereador Sidnei, nada contra. A minha obrigação como cidadão é fiscalizar, né? É realmente esse papel aqui que eu estou fazendo e questionar porque esse é o nosso papel. Eu não tenho nada contra o Vereador Sidnei, conheço ele há mais de 20 anos. Eu estou cumprindo apenas com a minha obrigação. Aliás, hoje eu estou muito mais calmo do que eu costumo ser nesta Casa. Graças a Deus eu não vim aqui para afrontar vocês, está bom? E eu vou dar a palavra a outras pessoas também, está bom?" Neste momento o Vereador Eduardo Aparecido Moreira Franco disse: "Só queria, Reginaldo, eu acho que a discussão é importante, discussão não, a conversa. Eu só coloquei essa situação porque foi o que eu senti. Lá a Assistência Social, falar que o Sidnei vai ser Secretário é muito complicado. Acho que previsão só a "Mãe Dinah", e acho que nem ela, e eu respeitando todas as crenças, acho meio complicado, pois se fosse assim a

gente já teria feito várias adivinhações, né? Acho que não é o caso. É só por isso que eu falei. Porque no início da sua fala, o senhor falou assim: "ele vai ser", e quem sabe se vai ser ou não, primeiro é uma situação do Executivo de convidar ou não e do Vereador aceitar ou não. Por isso que eu falei, mas no sentido só do que eu senti. Respeito também o senhor que sempre está aqui participando, acho que essa participação é muito importante, como a do senhor, como a da Bianca, como os dos meninos aqui, todos aqui praticamente participaram do pleito eleitoral passado e todos estão interessados no crescimento da Cidade. Se estamos aqui conversando e discutindo é porque queremos ver uma Cidade melhor, eu respeito isso e acho que isso é importante, também respeito o senhor e acho que a discussão é importante. E no momento em que o senhor falou: "errada", errada é uma questão de ponto de vista, porque "errada" em qual sentido o senhor fala? Errada no sentido de ser ilegal ou errada no sentido do ponto de vista? "Ah, eu acho que está errado?" Só isso que eu quero registrar junto ao senhor." Ato contínuo manifestou-se o Presidente da Comissão de Finanças e Orçamento, Vereador Eduardo Maia da Silva, e disse o seguinte: "Só complementando o que o Vereador Eduardo falou, mas antes eu quero cumprimentar o munícipe Antônio Carlos Borges por sua presença. O estranho também seria Reginaldo... a gente debate e você sabe que a gente sempre é favorável a esse debate, como o Vereador Eduardo falou, o estranho seria a gente previsse três milhões e gastássemos doze milhões, aí sim acho que seria, mas prever que vai gastar doze e gastar três, eu acho que está dentro das normas." Neste momento, um munícipe levantou a mão para se manifestar e o Presidente da Comissão perguntou a ele seu nome, e o concedeu a palavra: "Bom dia, meu nome é Jonatas Pereira Wirth. Há cinco minutos mais cedo, na primeira pergunta do Reginaldo, foi dito que pode ser, acho que a Samanta que disse, que pode ser que ultrapasse o valor previsto, que é o investimento. O que eu estou entendendo é que me parece que os técnicos não estão executando um serviço de melhor qualidade, porque a diferença de três para doze é grande. Cinco minutos antes disseram que pode ser que gaste mais? Até aí ok, beleza, não dá para prever nada, mas a questão é a diferença do previsto para o executado. É a mesma coisa de você prever doze e gastar vinte e cinco." Interrompeu o Presidente da Comissão, o Vereador Eduardo Maia da Silva, e disse: "Não, aí que eu falei que..." O munícipe Jonatas Pereira Wirth interrompeu e disse: "Desculpa, na mesma proporção, é a mesma coisa de gastar, de prever doze e gastar vinte, a diferença é a mesma." Respondeu o

Presidente da Comissão, Vereador Eduardo Maia da Silva: "Mas aí está errado, entendeu?" Prosseguiu o munícipe Jonatas Pereira Wirth: "Mas aí a diferença é para mais ou para menos. Então, eu até entendi a segunda pergunta do Reginaldo, eu entendi dentro desse quesito, porque a diferença é grande." O Presidente da Comissão, respondeu: "Isso é uma previsão." O munícipe Jonatas continuou: "Porque previu doze e gastou três, ótimo, estamos economizando, certo? Então, assim..." O Vereador Eduardo Aparecido Moreira Franco respondeu: "Depende". O munícipe Jonatas disse: "Sim, depende de vários fatores. O que estou ressaltado é só a diferença entre o previsto e o executado. Só outra coisinha: a Vereadora Vanessa disse que é importante a presença dos munícipes, né? Eu tenho uma pequena estranheza em relação ao horário, desculpa, eu estou toda hora no celular, eu tenho clientes me chamando aqui, inclusive eu vou me retirar, pedir licença desde agora, o horário é bem estranho até. Não sei se já houve situações de melhores horários, eu não vejo muitas pessoas disponíveis dentro deste horário. Teria mais uma pessoa para vir comigo, mas ela simplesmente está terminando um projeto com o seu cliente, então ela não pode comparecer e acho que ela seria muito bem-vinda aqui, pois é uma pessoa muito entendida sobre o assunto. Então, é o que eu estou vendo aí nesta Sessão, ok? Obrigado." Respondeu a Vereadora Vanessa Martins dos Santos: "Mas da mesma forma que eu ressaltei é que hoje os senhores estão participando aqui, nós ficamos muito felizes sempre em recebê-los, com certeza, porém essa mesma participação que é feita aqui na Câmara deveria ser feita também na Prefeitura, porque lá existe a equipe técnica, conforme eu informei, e lá onde foi discutido e que poderiam ter feito as explanações de vocês, né? Então, por isso que eu digo, quanto ao horário, já não é o Vereador que define, né? Inclusive, nós estamos falando da participação de vocês da Prefeitura e o horário da Prefeitura é fixado lá. Então, às vezes, não adianta deixarem para virem somente aqui na Câmara depois que tudo já foi explanado, explicado lá. É importante a participação. Por isso que eu ressaltei: da mesma forma que aqui na Câmara é importante, a maior importância ainda é na Prefeitura, onde tudo que os senhores falarem poderá ser acatado sim, no momento onde tem a equipe técnica que é na Prefeitura, no Executivo." Em seguida o Presidente da Comissão de Finanças e Orçamento, Vereador Eduardo Maia da Silva, assim se manifestou: " E independente do horário, o Projeto fica disponível aqui à qualquer pessoa, à qualquer munícipe, que pode vir aqui e retirar para estudar o Projeto."

Neste momento o munícipe Jonatas disse: "Eu disse sobre o horário da Câmara. Eu creio que a maioria das pessoas, assim como eu, é a primeira vez que eu adentro esta Casa, não sei como funciona. Então, do mesmo jeito que eu encontro nessa posição, várias outras pessoas também, e talvez em situação de desconhecimento muito maior em relação a mim. Então, eu sei que tudo começa na Prefeitura, sei mais ou menos como funciona, como já foi dito antes, eu ouvi muito bem, foi bem claro, os técnicos são quem elaboram e eu não estou questionando nem o horário da Prefeitura. A questão é como que as pessoas vão participar de um sistema onde elas não têm o horário disponível para participar? Foi nesse quesito que eu... Porque parece uma controvérsia, né? É gratificante para vocês a presença de munícipes, mas nesse horário está todo mundo trabalhando, estão no seu segundo café. Então me parece um pouco estranho esse horário. Eu gostaria de continuar, de ficar até o final, como eu disse mais cedo, mas não vou poder ficar, entendeu? Isso é porque eu trabalho autônomo. Se eu fosse um funcionário registrado, provavelmente durante os próximos quatro anos eu não estaria aqui, assim como nos anos passados. É só um pequeno questionamento. Está até um pouco fora, peço desculpas, fora do que está sendo conduzido. Ok? Obrigado." Em seguida manifestou-se o Vereador Eduardo Aparecido Moreira Franco e disse o seguinte: "É válida sim a sua informação Johnny. Já tive experiências de audiências em outro período e é pouca a participação do mesmo jeito, de outros assuntos, Audiências Públicas de Plano Diretor, Audiência Pública de ponte e, assim, a presença é baixa, são sempre os mesmos, o Reginaldo está aqui, ele sabe disso, são sempre os mesmos e eu posso até citar os nomes. Essa questão do horário a gente pode ver para o futuro, num outro momento, mas eu garanto a você que sempre serão os mesmos. Não adianta falar: "ah, o povo vai vir", não, são sempre os mesmos. A Bianca está aqui e ela sabe disso. Foram feitas Audiências Públicas e eu participei do Plano Diretor, uma situação importante, são sempre os mesmos, a gente mandou um relatório para o promotor e ele pediu para que fosse feito de novo. Por quê? Porque eram os mesmos e a gente fez em todos os bairros. Foi feito no Itapema, foi feito no Vale dos Eucaliptos, foi avisado, foi colocado faixa, né? Então, assim, você mesmo é a primeira vez que esteja vindo aqui porque talvez se interessasse pelo assunto agora, está querendo um município melhor, e por tudo que está acontecendo no País as pessoas estão mais interessadas na política sim. Acho que a gente tem que pensar, mas eu não sei se seria, se

a gente teria esta Casa cheia se mudássemos o horário, mas, enfim. Eu só queria fazer uma observação do que você falou: "estão previstos dez milhões, se gastaram três milhões é bom". Depende. Se estiver previsto gastar dez milhões e gastar três milhões, por exemplo, na Saúde? Opa! Aí a gente tem que fiscalizar, porque se está previsto dez milhões e gastou três milhões, na Saúde, na Educação? Então, assim, isso tudo que a gente está discutindo é uma previsão e eu gosto muito de trabalhar com os dados reais do que está acontecendo. Foi o que eu falei para você: todos os dados reais até hoje, até o momento da Audiência Pública do dia 30 de setembro passado, próximo dos dias da eleição, também a gente não teve ninguém, acho que por conta do período, por conta do horário e uma série de coisas, mas as coisas importantes, com a Educação foram gastos, vou arredondar, quatorze milhões, o mínimo é vinte e cinco por cento e já foram gastos vinte e seis por cento, então mais do que o previsto. Opa, legal! O nosso papel de fiscalizar está sendo feito, foi gasto além do que era o mínimo. Na Saúde a mesma coisa. Gasto com pessoal, que a gente é criticado porque é muita gente: ora, a Prefeitura é grande, tem muita escola, muito equipamento público, foram gastos quarenta e dois milhões, e o máximo, o limite máximo legal são setenta e sete milhões, então, assim, cinquenta e quatro por cento que é o máximo, a gente gastou vinte e nove por cento. Eu estou analisando e é claro e é importante sim, mas eu gosto muito de trabalhar com os dados atuais, com o que foi feito até agora, por isso a gente tem a tranquilidade de seguir do jeito que está, porque a gente sabe que o atual está indo bem. Então, como o senhor falou de fiscalizar, nós também estamos fiscalizando a nossa parte. Acho que é isso." Em seguida manifestou-se o munícipe Reginaldo Pedro Barboza e disse: "Senhor Presidente, posso?" O Presidente da Comissão autoriza o munícipe a falar. O munícipe Reginaldo disse: "Bom, temos que aproveitar esta oportunidade importante para que isso não aconteça, né? Como a gente está falando que o orçamento é uma peça técnica, é uma peça matemática, e o Vereador Eduardo falou que a Assistência gastou só três milhões no último ano e agora a gente vê uma estimativa de doze milhões, duzentos e sessenta mil reais, tecnicamente, matematicamente, a gente gostaria que os técnicos da Prefeitura explicassem o que está acontecendo, porque errar por dez, vinte por cento é admissível, mas errar por trezentos por cento, aí é complicado, gente. Então, nós queríamos acreditar no orçamento, queríamos acreditar no planejamento, mas não com um erro de trezentos por cento. Então, gostaria que os

Vereadores, se possível, encaminhassem um ofício aos técnicos e que eles explicassem essa margem de erro, em minha opinião eu não consegui entender ainda, né? Então, porque a gente gostaria sim de ver um trabalho bem feito, com margem de dez, vinte, até trinta por cento não tem problema nenhum, e que a peça orçamentária reproduzisse algo próximo à realidade do planejamento. Então, fica o meu pedido aos senhores que tentem investigar isso, oficiar os técnicos e apresentar uma resposta razoável, né? De margem de erro admissível dentro da matemática e da contabilidade, ok? O Vereador Eduardo Aparecido Moreira Franco respondeu: "Bom, só para terminar a minha fala. Da minha parte eu não vou fazer ofício nenhum, porque eu acho que não tem erro, eu não entendi ainda a questão do erro, eu não vou assinar, eu não faço parte, eu não vou. Eu até acho que você, Reginaldo, poderia fazer isso direto na Prefeitura se você entende que existe um erro. Eu não entendi essa questão do erro. Eu acho que você tem o total direito de pedir, mas eu já estou dizendo que eu não vou fazer, para você não esperar porque eu não vou fazer, pode pedir direto na Prefeitura, direto para os técnicos. Eu estou te falando esta verdade porque você vai ficar esperando eu fazer ofício e eu não vou fazer. Então, já estou deixando claro que eu não vou fazer, senhor Presidente, e peço que, não sei se o senhor vai fazer, mas eu não assino, porque eu entendo que os técnicos trabalharam de maneira coerente e que está correto, está certo e da minha parte acho que é isso." Neste momento a Doutora Samanta Ariane Goulart se pronunciou dizendo: "Até porque os Vereadores participaram dessa elaboração, dos estudos. Foi demonstrado a eles, explicado como aconteceu, de onde eles chegaram com esse valor de doze milhões, duzentos e sessenta mil reais. Na verdade, assim, o município tem fazer um ofício diretamente na Prefeitura Municipal e pedir para um técnico explicar sobre isso." Em seguida o Vereador Sidnei Santos Leal se manifestou dizendo: "Senhor Presidente. Pedro, só para te esclarecer: este ano, por exemplo, até o momento em que eu me afastei da Assistência, em março, o Governo Federal não tinha feito um repasse ainda deste ano, só para você ter uma ideia. Esses dias, em conversa, só para saber, até nós pedimos ao Deputado Federal Marcio Alvino que intervisse no Ministério do Desenvolvimento Social junto à Prefeitura de Guararema, porque até o mês de novembro também não tinha vindo nenhum repasse. Então, essa previsão de doze milhões, que até é para este exercício de 2016, o que acontece? Nós iríamos investir, se não tivéssemos aí cortados vários *royalties* e várias coisas que a Prefeitura sempre

recebeu, como é do conhecimento de todos. O Parateí, por exemplo, nós temos um CRAS lá quase pronto, ele não terminou por falta de investimento, porque acabou o dinheiro e o Prefeito, por Lei, tem que manter os vinte e cinco por cento da Educação, os quinze por cento de Saúde, que são prioridades para o Município, entendeu? Então, por isso que deixou de se investir, parou na casa dos três milhões e não conseguiu atingir os doze milhões. Não é porque está errado. A mesma coisa aqui: tem previsão ao Fundo do Idoso de cento e cinquenta mil reais. Tudo bem, a gente vai passar para o Fundo do Idoso os cento e cinquenta mil reais? No momento não. Nós temos o Asilo que é subvencionado pela Prefeitura através da Assistência Social, a intenção, até um pedido ontem, na Sessão, do Vereador Eduardo é que aumente a subvenção, até porque não está atendendo hoje a demanda que o Asilo tem. Porém, nós temos que fazer o que? Esperar a Receita se vai vir para poder aumentar. Então, tudo isso está dentro da previsão. Hoje, o teto mínimo que Assistência vai usar no ano de 2017 pode ser que sejam novamente os três milhões de reais. Se vier recurso, se a gente tiver recurso e conseguir atingir toda a nossa expectativa que está aqui no plano do prefeito, nós vamos chegar até doze milhões. Espero que cheguemos, que conseguimos atingir os doze milhões, em investimento, porque quem ganha com isso é a Cidade. Então, não é assim: um erro de três milhões de reais para doze milhões de reais como você está colocando. É simples. Está aqui explanado. Recurso é recurso para ser usado, porém nós dependemos do recurso vim. Se metade da cidade não pagar IPTU, vamos fazer o que? A crise está na minha casa, está na sua, está na casa de todo mundo. Então, é esta a questão: não tem mágica, não tem desvio, não tem nada errado nesses três milhões para doze milhões, o que acontece é que a gente tem que trabalhar, se Deus iluminar que a Petrobrás deslanche e que Guararema receba novamente os oitenta milhões de reais de *royalties*, todos os orçamentos aqui vão ser atendidos. Então é essa a questão, tá?" O Presidente da Comissão de Finanças e Orçamento passou a palavra à munícipe Bianca Colepicolo que disse: "É, eu já entendi que não adianta muito esta Audiência aqui, que na verdade ele já está aprovado e pronto. Mas me preocupam muito algumas coisas: primeiro é que a previsão desse teto para o ano que vem e do teto para muitos anos, como eu disse, Município tende a seguir o padrão nacional, então, muito importante isso que vocês estão aprovando hoje para o desenvolvimento do Município. Me preocupa, o que dá para ver pelo orçamento, é a postura do Município que é muito mais de manter o

assistencialismo do que desenvolver a economia. Eu acho que... Mas, enfim, como vocês falaram, não tem muito mais o que fazer. Eu não tenho conhecimento das audiências que acontecem na Prefeitura. Da outra vez eu vim aqui também, eu não fico sabendo dessas consultas na Prefeitura. Eu, com relação a Planejamento, eu entendi o que o Reginaldo falou: se foi planejado doze milhões e gastou três milhões neste ano, por que está sendo planejado doze milhões para o ano que vem? Os *royalties* da Petrobrás, como o Vereador Sidnei falou, vão ser muito difíceis de voltar a vir. A gente vai passar uma crise por mais uns anos, então, a gente está contando com um dinheiro que não vai ter. Não posso deixar de falar, pois eu estaria sendo omissa como cidadã, com relação às Secretarias. Eu gostaria muito, eu sei que é inevitável que os Vereadores vão para as Secretarias, apesar de eu não concordar com isso, mas que pelo menos fique numa Secretaria quatro anos e desenvolvam um trabalho por quatro anos, senão, nem isso, até isso é complicado da gente saber quem é o Secretário da nossa Cidade, né? A gente não consegue acompanhar tanta mudança que acontece aqui, nem na Câmara, nem no próprio Poder Executivo. Então é isso. Deus nos proteja." Ato contínuo manifestou-se o Presidente da Comissão de Finanças e Orçamento, Vereador Eduardo Maia da Silva, e disse o seguinte: "Só complementando o que a Bianca comentou, o que a gente comenta aqui na nossa lei é uma estimativa. Você comentou do *royalties*, os *royalties* aqui está estimando que a gente vai gastar setenta e quatro milhões de reais, só que eu não sei se a gente vai receber esses setenta e quatro milhões. Estão aqui previstos setenta e quatro milhões, quinhentos e setenta e cinco mil reais, mas como estamos com essa crise e com tudo isso ocorrendo, então é por isso que a gente fala que é uma estimativa." A seguir o munícipe Cássio Augusto de Souza solicitou a palavra ao Presidente da Comissão de Finanças e Orçamento, que a concedeu, e assim se manifestou: "É uma dúvida pessoal minha aqui. Quando se faz a Lei Orçamentária, está lá, vou usar como exemplo os doze milhões de reais. Essa é uma Lei de caráter autorizativa, então, autoriza ele gastar até doze milhões ou impõe que ele gaste os doze milhões?" Respondeu o Presidente da Comissão de Finanças e Orçamento: "Não. É que pode chegar até doze milhões de reais gastos." O munícipe Cássio Augusto disse: "Então a lei autoriza a gastar até doze milhões e não impõe que ele gaste aquele valor?" Novamente se manifestou o Presidente da Comissão de Finanças e Orçamento, Vereador Eduardo Maia da Silva: "Não". O munícipe Cássio disse: "Tá. Obrigado." Ato contínuo manifestou-se a

Procuradora Legislativa, Doutora Samanta Ariane Goulart, e disse o seguinte: "Não há uma imposição. Só está estimando a Receita." Isto posto manifestou-se novamente o munícipe Cássio: "Só para complementar uma fala que ele falou que alterou o horário do Plano Diretor, realmente eu fui em uma que foi a noite lá no Itapema, só foi eu e o Figueiredo, foi às 07h00 da noite, eu faltei na faculdade inclusive esse dia para comparecer lá e só estava eu e o Figueiredo." O Vereador Eduardo Aparecido Moreira Franco disse: "Obrigado Cássio, para não acharem que é fala minha, é comprovado, não tem jeito, infelizmente." O munícipe Cássio retomou a palavra e disse: "Eu só não vou mais vezes porque eu tenho faculdade e eu não posso me dar ao luxo de ficar faltando sempre, mas quando eu pude ir só tinha eu e o Figueiredo. Foi falado isso: o pessoal não aparece e era à noite. Se era à noite achei que deveriam aparecer mais pessoas, entendeu? No *facebook* tem muitas pessoas, eu acompanho a Bianca, o Reginaldo, falam bastante que vão comparecer, eu vi, e já soube da presença deles a partir do *facebook*. Têm mais gente lá que é participativa na política da Cidade, mas não vi, pelo menos nesse dia, e não soube que comparecessem nas Audiências." Manifestou-se o Presidente da Comissão e disse o seguinte: "E nessa que teve foi a do PPA, se eu não me engano." Respondeu a Procuradora Legislativa que a Audiência citada pelo Vereador Eduardo Maia da Silva era referente a LOA. Ato contínuo o Vereador Sr. Eduardo Maia da Silva, Presidente da Comissão corrigiu falando que a Audiência Pública era da LOA. A Vereadora Vanessa Martins dos Santos acrescentou: "Com apenas a presença do Figueiredo, né?". O Presidente da Comissão imediatamente respondeu: "E a do Cássio." A Vereadora Vanessa Martins dos Santos concluiu: "Na Prefeitura." O Presidente da Comissão, Vereador Eduardo Maia da Silva, prosseguiu dizendo: "O que é bom é o debate, gente. Isso é muito construtivo, entendeu? Isso é muito bom." Neste momento a Doutora Samanta Ariane Goulart se pronunciou dizendo: "Mas o interessante é que também seja na Prefeitura, no Executivo, porque a Lei sai de lá." A Vereadora Vanessa Martins dos Santos disse: "É importante nos dois, tanto na Prefeitura onde começa e vem de lá para cá. Eu falo pelos demais Vereadores também, eu gosto muito da participação das pessoas nas Audiências, nas Sessões, acho extremamente importante a participação, não somente nas redes sociais, mas também aqui, no dia a dia, acompanhar. Têm pessoas que buscam e se informam, isso é importante para nós." Em seguida o Presidente da Comissão de Finanças e Orçamento, Vereador Eduardo Maia da Silva assim se

manifestou: "Mais alguma dúvida? Pois não." Ato contínuo manifestou-se o munícipe Felipe Amaral Mafra e disse o seguinte: "Bom dia. Duas dúvidas na verdade. A primeira é a seguinte: desses cento e noventa e dois milhões de reais, isso é orçado de qual maneira? É chegada a conclusão que cento e noventa e dois milhões de reais é o teto e dentro desses cento e noventa e dois milhões, a verba é distribuída para cada Secretaria ou é orçado Secretaria por Secretaria, depois disso é colocado tudo junto e chega nesse valor de cento e noventa e dois milhões? E a segunda dúvida é o seguinte: desse dinheiro, cento e noventa e dois milhões, vocês teriam uma porcentagem exata de quanto vem do Município, de quanto vem do Estado e quanto vem da União?" O Presidente da Comissão respondeu: "A segunda sim, tem a porcentagem que, inclusive, o Vereador Eduardo até comentou da Audiência que a gente fez no período eleitoral, da Prestação de Contas da Prefeitura. A Prefeitura vem aqui, ela vem para fazer a prestação de contas e essa Audiência também é legal o pessoal participar." O Vereador Eduardo Aparecido Moreira Franco se manifestou dizendo: "Felipe, eu não vou passar os dados para você, até porque esta Audiência não é para discutir esses dados aqui. Eu trouxe porque eu gosto de trabalhar com os dados atuais, até porque eu não vou decorar tudo isso aqui, mas tem dividido aqui por ICMS, IPVA, FPM, ISS, IPTU, ITBI, os gastos que vêm do governo, as verbas que vêm, tem tido isso sim, a gente sabe dizer e tem uma previsão de quanto arrecadaria." O Vereador Sidnei Santos Leal disse: "É uma estimativa também." O Vereador Eduardo Aparecido Moreira disse: "Isso, é uma estimativa. Aqui, por exemplo, teve um dado importante que eu questionei o Carlos, estava previsto para arrecadar na Dívida Ativa para o ano um milhão e seiscentos mil reais de Dívida Ativa. O pessoal fica devendo, a Prefeitura vai e executa. Teve um trabalho lá em interno com técnicos e foi arrecadado além do que estava previsto. Estava previsto um milhão e seiscentos mil reais e foram arrecadados dois milhões, trezentos e noventa e três mil, quinhentos e dezenove reais, então, foram arrecadados cento e quarenta e nove por cento a mais. Eu achei um ponto positivo, porque entrou um dinheiro que a gente não estava prevendo a mais aí. O munícipe Felipe disse: "Então, em relação a primeira dúvida, alguém pode me informar?" A Vereadora Vanessa Martins dos Santos respondeu: "Sim. Essa pergunta que você fez, sim, o valor de aproximadamente cento e noventa e dois milhões, ele é distribuído sim e é por Secretarias. O valor, ele é estimado, e de acordo com esse estudo e com essa estimativa é que

se chega ao valor total da estimativa do Plano do Orçamento." Isto posto manifestou-se o Presidente da Comissão e disse o seguinte: "Ela estima do valor que vai receber, sabe? Como o exemplo dos *royalties*, que aqui a gente está estimando que vá entrar setenta e cinco milhões e, às vezes, pode não ocorrer." A Doutora Samanta Ariane Goulart neste momento complementou: "Na verdade é assim: a Prefeitura, ela estima a Receita, fixa a Despesa e dá esse valor total." O munícipe Felipe disse: "Entendi. Mas no caso, se a Prefeitura não conseguir esses cento e noventa e dois milhões de reais, caso ela recolha só cem milhões de reais e o Município gaste cem milhões de reais, o Município não vai fechar nem em *déficit* nem *superávit*, correto?" Respondeu o Vereador Eduardo Aparecido Moreira Franco: "Correto. Por isso que às vezes não dá para chegar em doze milhões, foi o que aconteceu neste ano. Previsto, a Receita orçada para 2016 prevista em cento e oitenta e seis milhões, novecentos e trinta e quatro mil, cento e cinquenta e oito reais e vinte centavos, previsto para 2016, e até o momento, até o dia 30 de setembro, foram cem milhões de reais, então, assim estão faltando um pouco mais de oitenta e seis milhões de reais. Qual o orçamento do município para 2016? Quanto a Prefeitura tem de dinheiro? Quanto que vai entrar dinheiro, de janeiro a dezembro? Cento e oitenta e seis milhões de reais. Nós já estamos em Outubro, terminando Outubro, e só tem cem milhões de reais. Então o que acontece? Estão faltando oitenta e seis milhões de reais e faltam outubro, novembro e dezembro. Vai conseguir em três meses arrecadar oitenta e seis milhões? Acho pouco provável. Então, aí estava prevendo doze milhões de reais e gastou três milhões de reais, então, é por isso." O munícipe Felipe disse: "Achei pertinente a dúvida dele, mas também achei a justificativa totalmente compreensível e razoável." Neste momento manifestou-se o munícipe Cássio dizendo o seguinte: "Então, segundo esses dados, foi bom o trabalho do Secretário, porque se a Prefeitura não conseguiu arrecadar o tanto que estava previsto e ele teve que fazer mais com menos dinheiro, pois estava previsto doze milhões de reais e ele gastou três milhões de reais, e ainda com os ganhos que a Secretaria trouxe para o Município, na Assistência Social, na gestão dele, então, ao meu ver é coerente gastar três milhões e trazer as benfeitorias necessárias. Não precisa chegar em doze milhões, até porque se toda Secretaria gastar tudo que estava previsto e a Receita não chegou ao valor total, a gente está quebrado. Esse é o meu ponto de vista, eu posso estar errado." Neste momento o Vereador Eduardo Aparecido Moreira Franco

assim se manifestou: "Está perfeito." O Vereador Sidnei Santos Leal disse: "Não, não está errado não Cássio. Está correto. A gente fez um trabalho ajustando todas as contas lá para poder manter a Secretaria funcionando e ter alguns investimentos neste ano, como foram inaugurados dois Centros Socioeducativos. A nossa intenção era que fizesse mais. Mas só com relação a sua pergunta, o que acontece? Não é que a Prefeitura, a questão, por exemplo, dos cem milhões de reais que hoje nós gastamos, então, o que acontece, hoje, se você entrar no setor de compras, você tem uma pilha de processos que o Prefeito autorizou o gasto, mas o financeiro não autoriza. Por quê? Porque não tem dinheiro e não tem previsão de entrar. O que acontece? O ICMS, por exemplo, vou te dar um exemplo, a Rock Fibras que é uma empresa que todo mundo conhece e é uma das mais antigas da Cidade, ela, hoje, o ICMS dela caiu, está lá embaixo. Então, quer dizer, o repasse que a Prefeitura tinha e que esperava desses impostos caiu. Então o que acontece? Muitos dos gastos, não são gastos que a gente pode falar desnecessários, pois todo o gasto que a Prefeitura faz e prevê é necessário, mas, por exemplo, ela ia comprar carrinho de coletor de lixo, então ela vai ter que remendar os que têm porque não tem dinheiro para comprar outro, então, quer dizer, ela teria que fazer investimento. Te falo na área Social, por exemplo, a gente tem um projeto de música e arte na comunidade, hoje a Assistência Social trabalha com sessenta crianças, o nosso previsto eram cento e vinte, mas só que para atingir as cento e vinte crianças eu tenho que colocar mais dois maestros, seriam mais custos, então a gente não conseguiu atingir isso, mas a gente não parou o serviço. É dentro dessa linha, é uma economia que nem na casa da gente: às vezes não dá para comer a carne, come o ovo. Então, na Prefeitura é a mesma coisa." O Presidente da Comissão de Finanças e Orçamento, o Vereador Eduardo Maia da Silva, pergunta se alguém tem mais alguma consideração a ser feita acerca do orçamento. Manifestou-se o munícipe Reginaldo Pedro Barboza: "Vou fazer mais uma perguntinha, aproveitar já que perdemos o trabalho, faltamos ao trabalho para vir aqui." O Presidente da Comissão disse ao munícipe: "Não perderam não, muito pelo contrário." Prosseguiu o munícipe Reginaldo Pedro Barboza dizendo: "Então, deixa eu perguntar uma coisinha: quando é que vocês vão passar a transmitir as Sessões da Câmara por Internet para que mais pessoas tenham a possibilidade de ver as explicações que vocês estão dando a respeito de orçamento? Porque é interessante que não apenas quatro pessoas participem de um processo tão importante, né gente?" Nesse

momento, a Procuradora Legislativa, Doutora Samanta Ariana Goulart e disse: "Em primeiro, não queria ser grossa, nem nada com você munícipe, mas não está em pauta nesta discussão o horário da Sessão. Inclusive, houve requerimento de algumas pessoas aqui na Casa, foi respondido sobre o horário da Sessão e ninguém veio pegar a resposta. Então, não está em pauta sobre o horário da Sessão." Continuando, Presidente da Comissão disse: "É que a gente está falando hoje sobre a LOA 2017 e essa resposta sua, provavelmente é o próximo Presidente mesmo que deve ter uma intenção sim." A Procuradora Legislativa se manifestou dizendo: "Faça um requerimento." O munícipe Reginaldo disse: "Só vou fazer uma última observação então, não vou ficar atrapalhando vocês aqui. Eu estava consultando uma decisão do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo a respeito da realização de Audiência Pública em horário comercial e o Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, ele recomenda que as Audiências Públicas não sejam realizadas em horário comercial. Tá? Então, eu queria deixar registrado na Ata para que vocês pensem sobre isso, porque eu vou encaminhar uma reclamação ao Tribunal de Contas do Estado de São Paulo." A Procuradora Legislativa disse: "Pode fazer o encaminhamento. Inclusive o Tribunal de Contas, a gente não teve apontamento nenhum sobre esse assunto." Prosseguiu dizendo o munícipe Reginaldo: "Eu sei, pode ficar tranquila Doutora, pode ficar tranquila, mas existe recomendação clara do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, para que Audiência Pública, não seja..." Novamente a Procuradora Legislativa interrompeu o munícipe e disse: "E é claro munícipe, é uma recomendação." O munícipe Reginaldo respondeu que sim. Continuou a Procura Legislativa dizendo: "Uma recomendação. Não é obrigatória ainda que seja transmitida." Continuou o munícipe Reginaldo Pedro Barbosa, dizendo: "Mas moralmente eu acho que poderia ser em horário não comercial. Não existe lei para tudo, existe moral, existe ética, existe um monte de coisa que vem antes da lei. Então, fica o meu registro, está bom? Muito obrigado." O Presidente da Comissão disse: "Fica registrada sim Reginaldo a sua opinião." Neste momento a Vereadora Vanessa Martins dos Santos consignou a presença Vereador Odvane Rodrigues da Silva. Em seguida o Presidente da Comissão de Finanças e Orçamento, Vereador Eduardo Maia da Silva, assim se manifestou: "Bom, terminando e registrando a sua indicação, sua ideia e sua sugestão também. Agradeço a todos que participaram, a todos munícipes também. É muito bom o debate, é bom para crescer, bom para ajudar a todos

nós aqui e declaro encerrada a presente Audiência Pública.” E para os efeitos legais, lavrou-se a presente Ata que segue assinada pelo Presidente, Vice-Presidente e Membro da Comissão de Finanças e Orçamento, pelos demais Vereadores presentes e pela Procuradora Legislativa.

Eduardo Maia da Silva
Presidente da Comissão de Finanças e Orçamento

Vanessa Martins dos Santos
Vice-Presidente da Comissão de Finanças e Orçamento

José Francisco da Fonseca
Membro da Comissão de Finanças e Orçamento

Eduardo Aparecido Moreira Franco
Vereador

Odvane Rodrigues da Silva
Vereador

Sidnei Santos Leal
Vereador

Samanta Ariane Goulart
Procuradora Legislativa